

Blanquismo financeiro

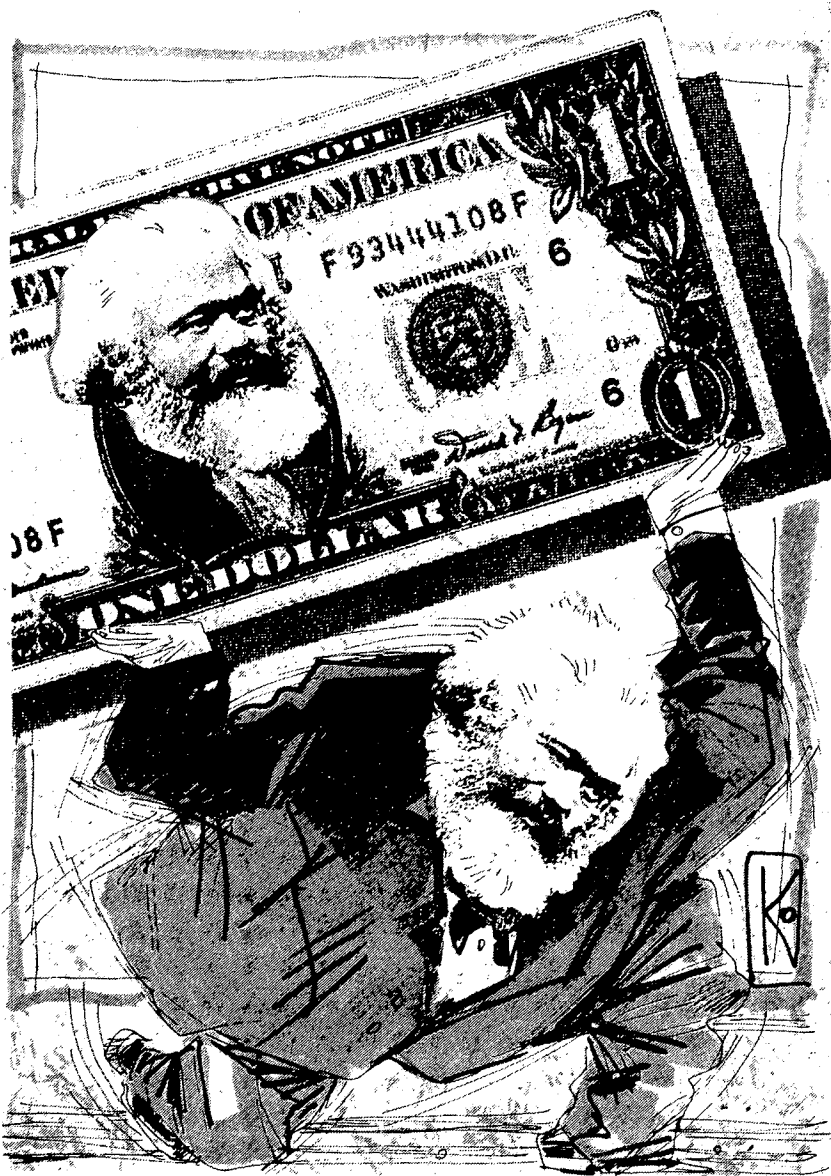
Roberto Freire

Em 1985 tivemos o privilégio de representar o então Partido Comunista Brasileiro (PCB) em encontro em Cuba sobre a dívida externa, do qual participaram delegações de vários países da América. A tese predominante em todos os debates era o não-pagamento da dívida externa pelos países em desenvolvimento, ou seja, o calote, medida apresentada como necessária para conter a asfixia do Terceiro Mundo pelas potências financeiras que teriam no Fundo Monetário Internacional o seu principal instrumento de ação e coerção.

Para a perplexidade de muitos, fomos o único partido do encontro a se posicionar contra a proposta, pois a considerávamos já naquela ocasião inviável e eivada de conteúdo ideológico incompatível com um mundo que se tornava mais plural, mais interdependente e que rejeitava alternativas de desenvolvimento autárquico. Embora ainda convivêssemos com a bipolaridade da guerra fria, já não tínhamos dúvida de que a integração econômica seria inexorável. Admitíamos a sua suspensão, mas a partir de um amplo processo de negociação política entre credores e devedores, aliás a mesma solução que Gorbachev apresentaria à ONU um pouco mais tarde. O PCB estava afinado com a vida real.

Causa-nos estranheza que nove anos após o Encontro de Havana, quando a internacionalização da economia é uma verdade, certas frações de importantes correntes políticas no Brasil acalentem a idéia de uma moratória unilateral.

No início da década de 80, com o Brasil experimentando uma crise econômica profunda e com a existência ainda de um sólido campo socialista, considerado alternativa ao capitalismo imperialista, a idéia da moratória da divi-



da até que possuía alguma justificativa ideológica, embora errada. Tratava-se de buscar a ruptura com um sistema econômico-financeiro integrado ao chamado mundo ocidental, vinculando-se a outro sistema então existente, o do socialismo real. Hoje este debate, que do ponto de vista econômico é um equívoco, está defi-

nitivamente fora do tempo e do espaço.

A questão da dívida externa não pode ser vista em hipótese alguma como elemento central em qualquer discussão que envolva as alternativas de desenvolvimento nacional. Ela é importante, mas não determinante.

Temos de levar em considera-

ção que o desafio maior em um programa de governo democrático é a retomada do crescimento econômico, com distribuição de renda e riqueza, por si só capaz de responder no fundamental as questões vinculadas à dívida externa. Sem o ingresso de capital estrangeiro, em forma de investimento de risco ou empréstimo, não se pode apostar em políticas de crescimento acelerado. É exatamente o crescimento que determinará a capacidade ou não do País de pagar ou contrair novas dívidas.

Nunca é demais lembrar, quando Karl Marx, há mais de cem anos, alertava para o processo da internacionalização da economia. Muitos de seus seguidores, hoje, em vez de levar em consideração esse postulado que se afirma, preferem ater-se a visões reducionistas do período da bipolaridade e que não explicam a realidade e complexidade do mundo atual cada vez mais íntegro e em constante mutação, impulsionado no momento pela revolução técnico-científica. Analisar a dívida externa sem relacioná-la com os novos tempos é cometer um equívoco igual ao da esquerda pré-marxista quando combateu a revolução industrial e, sem entendê-la, quebrou máquinas. E querer praticar, no limiar do Século XXI, uma espécie de *blanquismo financeiro*.

Se as forças democráticas e de esquerda chegarem ao Palácio do Planalto em 1994 — e nós do PPS faremos todo esforço para que isso aconteça —, talvez precisemos até fazer uma rigorosa auditoria da dívida externa. Mas nunca tendo o calote como horizonte.

O dilema do Brasil é como se integrar soberanamente ao mercado mundial, e não como dele se afastar.

■ Roberto Freire é deputado pelo PPS de Pernambuco